



Repensar Portugal, a Europa e a Globalização

Saber Padre Manuel Antunes, SJ – 100 anos

José Eduardo Franco e Guilherme d'Oliveira Martins

Coordenação científica

Susana Alves-Jesus

Coordenação executiva

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2022

Repensar Portugal, a Europa e a Globalização

Saber Padre Manuel Antunes, SJ – 100 Anos

José Eduardo Franco e Guilherme d'Oliveira Martins

Coordenação científica

Susana Alves-Jesus

Coordenação executiva

grave do mundo atual. Trata-se, porventura, de uma questão de vida ou de morte para a Humanidade inteira» (Antunes, 2008c: 355).

Concluo com o seguinte trecho, bem demonstrativo da ligação íntima, traçada por Manuel Antunes, entre justiça social e democracia efetiva: «A liberdade não pode, no entanto, ser um mero conceito abstrato. É necessário caminhar para uma liberdade concreta que assente numa igualdade económica e numa igualdade de oportunidades» (*A Luta*, 1975: 2).

Bibliografia

A Luta (1975, 22 de dezembro).

Abreu, L. M. de (2018). In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Antunes, M. (2007a). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. I, vol. IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2007b). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2008a). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (2.ª ed.) (t. I, vol. III). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2008b). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (2.ª ed.) (t. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2008c). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. III, vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2009). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. V, vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2010a). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. I, vol. II, pt. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2010b). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. VI). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2011a). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. I, vol. II, pt. I) [Anexos/Sebentas]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2011b). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. VII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Antunes, M. (2018). *Compreender o Mundo e Atualizar a Igreja*. Coord. J. E. Franco & L. M. de Abreu. Lisboa: Gradiva.

Gama, J. (2018). Quatro coisas. *ULISBOA – Revista da Universidade de Lisboa*, 6, mar., 7.

Martins, G. O. (2015). *Portugal: Identidade e Diferença. Aventuras da Memória* (3.ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Repensar Portugal, do Padre Manuel Antunes

A importância dos partidos na iniciação política

Rethinking Portugal, by Father Manuel Antunes:
The importance of parties in political initiation

José Maria Silva Rosa

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR / jrosa@ubi.pt / ORCID | 0000-0001-6282-8063
https://doi.org/10.14195/978-989-26-2225-5_18

Ao padre Francisco Pires Lopes, SJ,
da *Brotéria*, in *gratam memoriam*

Resumo: Uma das observações mais certeiras do Padre Manuel Antunes no seu livro *Repensar Portugal*, obra que reúne textos dispersos publicados na década de 70 do século passado, no quadro da revolução política e da mudança de mentalidades que, custosamente, se ia dando então no nosso país, era já então a de que os partidos políticos tinham falhado quanto à grave responsabilidade que lhes incumbia quanto à iniciação dos jovens, e não só, na vida política e na democratização do país. Se tal observação era justa e pertinente no momento em que foi produzida, podemos reconhecer que não se tornou obsoleta, pelo contrário, já que a entrada de jovens, hoje, nas jotas partidárias representa, amiúde, não a tradução de um sadio ímpeto de participação na *res publica*, de saudável revolta cidadã perante o *status quo*, ou ainda de um desejo de transformação da sociedade por ideais e mesmo utopias, mas de uma estranha aspiração de «reforma antecipada» ou apetência de quem apenas procura «encaixar-se» (expressão aziaga) profissionalmente, como denunciava António Guterres, em 1995, ao proclamar «no more jobs for the boys». Naturalmente, a situação económica e social do país, especialmente a fragilidade de jovens explorados por esquemas de precarização que os impedem de assumir uma vida familiar adulta, fresco tão bem denunciado pelo grupo musical português Deolinda na canção «Que parva que eu sou», convida a ver no cartão partidário uma espécie de trunfo e *salvo conduto* em tempo de crise. Mas o observador atento das instituições políticas que, no seu tempo, foi Manuel Antunes rejeita terminantemente tal *clientelização* mais ou menos forçada de jovens e menos jovens, apontando os caminhos que, em seu entender, deveriam ser seguidos para revitalizar quer os partidos quer a democracia. São alguns desses caminhos que iremos visitar brevemente neste texto, uma vez que, quase 50 anos depois do 25 de Abril, Manuel Antunes continua a «dizer[-nos] provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados, mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios, mas de pesquisadores. [...] não de reformados da vida, mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida» (Antunes, 2011: 28).¹

Palavras-chave: Manuel Antunes; democracia; partidos; jovens; clientelismo

¹ Utilizamos a edição de 2011 de *Repensar Portugal* cotejando-a com a edição crítica, que leva o título de «Portugal – Realidade a repensar» (Antunes, 2008: 15-93).

Abstract: One of Father Manuel Antunes' most accurate observations was that political parties had failed their responsibility of initiating young people, and not only, to the political life and democratization of the country. Antunes made this observation in his book *Repensar Portugal*, a work that brings together scattered texts, published in the 70s of the last century, within the framework of the political revolution and the change in mentalities that, at the time, was taking place in Portugal. If such an observation was fair and appropriate by the time, it is still applicable nowadays. The joining of young people into political party youth wings often represents not a healthy impetus to participate in the *res publica*, a healthy citizen insurgency in the face of the *status quo*, or even a desire to transform society through ideals and even utopias. It is rather motivated by a strange aspiration to «early retirement» or a willing to «fit in» (unfortunate expression) professionally, as António Guterres denounced in 1995, when proclaiming «no more jobs for the boys». Naturally, the country's economic and social situation invites us to see joining a political party as a kind of asset in times of crisis by young people exploited by precarious schemes that prevent them from assuming an adult family life, as expressed by the portuguese band Deolinda in the song «Que parva que eu sou» [«What a fool I am»]. However, Manuel Antunes, a keen observer of the political institutions of his time, adamantly rejected such a forced «turning into customers» of young and less young people, pointing out the paths that, in his opinion, should be followed to revitalize parties and democracy. These are some of the paths that we will revisit shortly in this text. Almost 50 years after the 25th of April, Manuel Antunes continues to «say [to us] provocatively: Portugal today does not need the satiated, but the hungry in spirit; it does not need repeaters of their own or others' practice, but searchers. [...] it does not need those who are retired of life, but those who are profoundly committed to this same life».

Keywords: Manuel Antunes; democracy; political parties; young people; «turning into customers»

Manuel Antunes e a necessidade de Repensar Portugal

Sempre que os velhos não sabem aonde vão,
sentem-se perdidos os jovens.

Bruno Bettelheim (*apud* Antunes, 2008: 129)

Manuel Antunes conhecia muito bem a 11.^a tese do jovem Karl Marx sobre Feuerbach e a acusação segundo a qual *os filósofos e os pensadores em geral, a única coisa que tinham feito* (mais mal que bem, uma vez que Marx estava a pensar sobretudo no idealismo absoluto de Hegel) *tinha sido interpretar o mundo. Mas o que importava era transformá-lo*. Naturalmente, o autor de *Repensar Portugal*, um dos grandes intérpretes da cultura entre nós, recusa esta oposição cavada e quase maniqueia entre *pensar e transformar*, entre *teoria e práxis*, entre *conhecimento e ação*. Tanto mais que ela própria vive do pressuposto que critica: não é tal tese – a *mitologia transformista* do século XIX – ela mesma, radicalmente, uma interpretação filosófica da História? Por outro lado, pelo menos desde Sócrates, mas não só, que

a responsabilidade do «intelectual na cidade» (Antunes, 2011: 29; Antunes, 2008: 25) tem imensas consequências práticas para a *polis*. A «coerência hermenêutica» que levou Sócrates à morte² teve, como se sabe, tremendas consequências éticas e políticas para o Ocidente. Interpretar não é pois, conseqüentemente, uma mera ociosidade de sofá num gabinete. Jesus pode muito bem ter morrido por um problema de interpretação: «És o Filho de Deus?», perguntou-lhe Caifás, esse cínico nepotista que comprara o título de sumo-sacerdote por um ano. «Tu o disseste», respondeu o Nazareno. *Prima facie*, não confirmou nem negou. Terá constatado apenas? Nada mais terá dito. Assinou assim, ao que parece, a sua própria sentença de morte.³ A História tem muitos exemplos semelhantes. Os 18 anos que Nelson Mandela passou na célebre cela 466/64, de quatro metros quadrados, bem como as suas cartas e escritos da prisão, que marcaram intensamente a África do Sul do ponto de vista político, não revelam a existência de um nexó muito íntimo entre *interpretar* o mundo e *transformá-lo* realmente? Não há uma circularidade hermenêutica entre *interpretar* e *transformar*? Alguns pensadores contemporâneos (por exemplo, Paul Ricoeur) usam a propósito a expressão «práticas teóricas» para falar da ciência, da filosofia, da medicina, das ciências políticas e jurídicas, entre outras, onde tal nexó é absolutamente íntimo e patente.

No contexto histórico dos nossos anos 70, antes e depois da Revolução dos Cravos, Manuel Antunes, a quem mesmo os mais politizados e extremados elementos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa reconheciam inegável autoridade intelectual e moral, razão pela qual nunca foi saneado, como aconteceu com outros, insiste nessa hora que é urgente *repensar Portugal* e que tal implica saber articular o passado e o futuro no presente (Antunes, 2011, 33).⁴ Aos textos que, a propósito, vai publicando na *Brotéria*, depois editados com aquele título em 1979, chama-lhes «ensaios de reflexão e prospeção». E explicita:

De reflexão, não de repetição, mais ou menos mecânica, de quaisquer palavras de ordem. De prospeção daquilo que pode ou deve ser, sem pretensões de futurização de uma sociedade e de um mundo que escapam

² Cf. *Apologia de Sócrates*, 30 c, 39 a-b, etc. (Platão, 1993).

³ Embora, segundo Zagrebelsky (2004), tenha sido a população a condenar Jesus, ao decidir a libertação de Barrabás, mais que Caifás ou Pilatos.

⁴ Diga-se, em abono da verdade, que, compreensivelmente, este tema – repensar Portugal – surge em vários autores e obras coevos, entre outros, *v.g.*, Baptista, 1975.

a outros, muito mais sagazes e melhor equipados do que o simples ensaísta, a quem só assistem a consciência de estar atento e o hábito – profissional – da confrontação histórica, particularmente no domínio das ideias. (Antunes, 2011: 26;⁵ Antunes, 2008: 20)

Podíamos dizer que «aquele mínimo de voz tinha peso» (Tavares, 1985: 6), uma vez que tinha sobretudo reconhecida autoridade moral e intelectual. Nesse sentido, embora os seus textos nasçam de determinadas circunstâncias históricas concretas, o nível de reflexão e o alcance do compromisso prático que propõem e reclamam libertam-no do circunstancialismo nativo para se elevarem em voos largos e profundos, ganhando aí, sinopticamente, um valor de leitura universalizável e aplicável em novos e vários contextos, sem nunca perderem atualidade. Guilherme de Oliveira Martins, na Introdução ao volume I do tomo III da sua *Obra Completa*, refere muito a propósito a «curiosíssima jovialidade» dos textos do Padre Manuel Antunes (Martins, 2008a: 3).

Efetivamente, num dos primeiros textos, saído na *Brotéria* ainda em maio de 1974, justamente intitulado «Repensar Portugal. Um manual de política e cidadania», que é mais um *manifesto* de um Estado a construir do que propriamente um *manual*, constata e coloca a questão crucial naquele momento: o 25 de Abril é, de facto, o fim de um Estado e o começo de outro. Mas que Estado? Que Estado queremos construir? Negativamente, sabemos que é um Estado que tem de ser diferente do Estado de que se saiu, o Estado Novo. Quer-se, pois, um «Estado de todos que não apenas o Estado de alguns» (Antunes, 2011: 46; Antunes, 2008: 35). E num brevíssimo ensaio histórico recua à Primeira República, cuja anarquia, por resalto, dera origem à tirania fascista e aos anos salazarentos e, justamente, ao Estado de apenas uns poucos. O Estado Novo, na supressão das liberdades e no sistema de partido único, constituíra-se num Leviatão totalitário que dominara por inteiro a existência dos portugueses, criando os conhecidos mecanismos de controlo e de censura: a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), o controlo dos juízes e da administração da justiça, a censura prévia e o controlo dos meios de comunicação e do *humor*, a organização piramidal, com denunciante e bufos por todo o lado, a proibição de associação, as oligarquias em torno de um regime que ia apodrecendo por dentro. Enfim, «a Inquisição, de triste memória na história do País, teve neste nosso século XX a sua encarnação

⁵ Texto datado de 25 de abril de 1979.

mais tenebrosa, mais estúpida, mais destruidora e mais obscurantista» (Antunes, 2011: 40; Antunes, 2008: 30).

Sabemos que tal distorção de espírito, que perdurara por 50 anos, não podia desaparecer de vez, da noite para o dia, porque há coisas, muito especialmente na ordem das mentalidades e das práticas presentes nas malhas que o Estado teceu e corporizou, que acabaram por perdurar como uma espécie de inércia de alma para a obediência acrítica, para dizer o menos. Há deformações espirituais que marcam, mutilam e humilham de tal modo que ficam inscritas na alma de um povo durante muito tempo (uma espécie de «invaginação das forças vivas» que se voltam contra si mesmas quando não podem ser livremente manifestas, como anotou José Gil no livro *Portugal, Hoje. O Medo de Existir* (Gil, 2004)). Nos finais dos anos 70, dada a necessidade de estabilização política, assumia particular importância o papel da Junta de Salvação Nacional e do Movimento das Forças Armadas. Nesta hora da nossa existência coletiva tinham de ser eles os fiéis da balança. Mas, alerta então Manuel Antunes, é preciso ter cuidados muito especiais com os oportunistas, os facciosos, os simplificadores, tal como com os «mártires de verdade» que, a seguir, no rescaldo da Revolução, vêm apresentar contas astronómicas de uma dívida por saldar e um crédito moral pretensamente exclusivo (Antunes, 2011: 41; Antunes, 2008: 31). Por isso insiste na pergunta: *que Estado?* Sem dúvida que terá de ser um Estado pluralista, aberto, democrático (mas temos de merecer a democracia!), um Estado que garanta a separação dos poderes, o que no contexto de então não era óbvio, dadas algumas tentações totalitárias que ardiam no terreno; um Estado que valorize todos os corpos vivos e intermédios da sociedade e que não se lhes substitua (é onnipresente em Manuel Antunes o *princípio da subsidiariedade*), que dê espaço à livre iniciativa e às dinâmicas sociais de realização, às legítimas aspirações de ascensão social e ao mercado livre. Não obstante, tudo isto deve fazer caminho de *forma temperada*, a fim de que possa traduzir concretamente os ideais da igualdade, da liberdade e da fraternidade.

No já referido texto datado de 25 de abril de 1979, cinco anos volvidos sobre a Revolução, observa o autor que nesse lapso de tempo houve naturalmente muitas mudanças na sociedade portuguesa: instituições democráticas, mais habitação, mais saúde, educação, cultura, etc., mas a mudança da própria sociedade como tal, se descermos da epiderme à derme, ainda não era assim tão funda como parecia, uma vez que nesses anos

houve em Portugal idealismo a mais e realismo a menos; houve fantasia a mais e pensamento a menos; houve anarquia a mais e estrutura a menos; houve infantilismo a mais e maturidade a menos (apesar dos oito séculos e meio de história pátria e apesar de vivermos numa idade que a si mesmo se proclama de «adulta»). (Antunes, 2011: 27; Antunes, 2008: 21)

Numa grelha de leitura que poderíamos dizer genuinamente marxista, Manuel Antunes considera que a mais decisiva das reformas, a revolução das revoluções, ainda está por fazer. Qual? A da consciência, a da «reforma das mentalidades», a daquela mutação profunda que «modifica pela base as relações entre os homens» (Antunes, 2011: 39; Antunes, 2008: 29) e evita que se repitam, com sinal contrário, as mesmas dependências de que a custo nos havíamos libertado. Naturalmente, o Padre Manuel Antunes não concordaria com afirmações centrais dos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, de 1843, sobre «a religião como ópio do povo» (embora possa facilmente reconhecer que muitas vezes a religião, e a cristã em particular, fora, de facto, *objetiva e subjetivamente*, utilizada como ópio do povo), mas nem por isso deixa de fazer sua a afirmação de fundo de Marx de que, numa revolução, não basta mudar as infraestruturas materiais, o modo e a posse dos meios de produção, etc., sendo necessário intervir na superestrutura ideológica, no conjunto de princípios que determinam o valor de todos os valores, isto é, no próprio ato de valoração. De facto, já em 1974, três semanas após o 25 de Abril, escrevia ele:

A hora lírica está a passar. Começou a suceder-lhe a hora da ação. Importa, é urgente mesmo, que ela seja acompanhada pela hora da reflexão. A história mundial está cheia de revoluções confiscadas porque essa hora falhou, de revoluções traídas porque o ativismo as desorbitou, de revoluções frustradas porque o modelo – importado não raro – quebrou de encontro à realidade que pretendia afeiçoar à sua própria imagem e semelhança. (Antunes, 2011: 37; Antunes, 2008: 28)

Há entre os textos de 1974 e de 1979 uma espécie de diálogo em espiral onde se retomam tópicos já referidos, mas acrescentando-lhes dialeticamente a experiência intervalada, oscilante entre o sonho revolucionário, as conquistas realizadas e as que ficaram pelo caminho. Reconhece assim Manuel Antunes que, no entretanto, «faltou ou adiou-se em excesso uma autêntica pedagogia de mudança, da necessidade e da consciência da mudança» (Antunes, 2011: 28; Antunes, 2008: 21). Uma das razões aduzidas foi porque não tinha havido *pedagogos da democracia* à

altura do que a hora exigia. O que nos reconduz à responsabilidade dos partidos enquanto iniciadores da vida cívica e política, como adiante referiremos. De facto, a madrugada do 25 de Abril foi o sonho de uma aurora dourada:

[...] tudo pareceu novo de um dia para o outro. Era o fim das palavras longamente proibidas, dos gestos apertadamente contrafeitos, de uma certa mentira institucionalizada, do terror invisível, mas presente em toda a parte. Era a possibilidade do termo do isolamento internacional, daquele «orgulhosamente sós» que é a contradição mesma do mundo em que vivemos. Era o surpresa despertar de um pesadelo de anos, cada vez mais denso, cada vez mais escuro. Era o emergir da «apagada e vil tristeza» para um mundo outro, o mundo da esperança na sua dimensão histórica tangível. Era o regresso à pátria comum de tantos que dela tinham sido expulsos porque a amavam de outra maneira, mas dos quais se nos dizia, infatigavelmente, que a odiavam. A revolução foi a festa. (Antunes, 2011: 35; Antunes, 2008: 26)

Mas sem lastro equilibrador, sem tempo, sem pensamento próprio, habituados a sermos mandados durante séculos e, especialmente, durante as últimas cinco décadas, logo se verificou que se mudara apenas o sentido das velhas obediências:

Em tentativas desastradas pretendeu-se ir ao povo para o endoutrinar, o domesticar, o tornar obediente a novos (velhos) príncipes e a novos (velhos) princípios. Não se procurou partir indutivamente do mesmo povo; da sua experiência de muitos séculos, das suas raízes e das suas vivências quotidianas para as erguer a outro espaço, a outro nível, a outra vida. (Antunes, 2011: 28; Antunes, 2008: 21)

Em suma, e numa palavra: faltou aquilo que costuma faltar a muitas revoluções: a paciência e a clarividência. Dir-se-ia que faltaram à ave da revolução estas duas asas para o «gesto inicial do voo de uma certa manhã de abril» (Antunes, 2011: 28; Antunes, 2008: 21). Mas nem tudo está perdido ainda, adianta o autor. Nunca é tarde para recomeçar. Contra Hegel, queiramos nós levantar voo – não ao anoitecer, como o mocho de Minerva, quando a vida já aconteceu, mas *agora*, sempre, e de novo por inteiro. Para tal, Manuel Antunes não poupa nas palavras de denúncia e atreve-se

a dizer provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de reformados da vida mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida; não de ideólogos mas de contemplativos (de contemplativos na ação, entenda-se); não de representantes do particular, do campanário da própria aldeia (partido, seita, grémio, clube), mas do vasto mundo, literalmente do universal. (Antunes, 2011: 28; Antunes, 2008: 21)

«Portugal tem necessidade...». Por que motivo? Para quê? Justamente para a grande transformação ainda por fazer. Para a revolução que vai da inconsciência à consciência; para a revolução do «individual ao comunitário»; «para a revolução da heteronomia à autonomia; para a consciência que nos liberte da falsa dicotomia entre dois modelos que se digladiam na nossa sociedade»: o liberalismo atomista e o coletivismo totalitarista. O primeiro só quer «to make money» e «maximizar o lucro», culminando no libertarismo irracional; o segundo visa «sacralizar o poder» (Antunes, 2011: 29; Antunes, 2008: 22): tanto na sua expressão fascista como comunista, acaba em irracionalidades simétricas. Ora, o Estado só faz sentido se estiver ao serviço da comunidade. Assim, a grande revolução ainda por fazer é a *revolução moral*.⁶ Por isso e para isso, o lúcido júízo do então professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa não hesita em descer ao terreno dos dados concretos: urge a modernização da nossa agricultura (o que a reforma agrária não conseguira); urge a modernização da ciência e da tecnologia; urge a modernização da economia; urge, enfim, a modernização da cultura, surgindo-lhe esta como a mais determinante de todas, por todas as razões. E é preciso operar esta modernização da sociedade sem sacrificar certos mitos, como se eles fossem deuses:

[...] o mito do messianismo de classe, o mito da crença no progresso indefinidamente linear da Humanidade; o mito do imperativo absoluto da revolução tecnocientífica; o mito da necessidade de um Estado onnipotente e omnipresente, sobretudo. [E, eis-nos chegados ao ponto, precisamos de] uma sociedade que promova a socialização política desde cedo, desde a infância, de forma a que, na idade adulta, o homem

⁶ Cf. «E a Revolução Moral?» (Antunes, 2008: 46ss).

português possa realizar, conaturalmente realizar, a definição de «animal político», na liberdade, na sagesa, na responsabilidade e na solidariedade. (Antunes, 2011: 32; Antunes, 2008: 25)⁷

O papel dos partidos na iniciação à democracia

Começamos por uma cláusula de salvaguarda: não conhecemos por dentro, por experiência pessoal própria, enquanto militantes ativos, o funcionamento de nenhum partido político nem de nenhuma jota partidária. Embora tenhamos quadrante ideológico e opções políticas, nunca militámos ativamente em nenhum partido, não obstante convites nesse sentido. Houve sempre uma certa resistência acidental, explicável talvez por um certo «jansenismo» larvar do meio familiar da nossa proveniência. Como estudante, nos anos 80 (infelizmente nunca fomos alunos do Padre Manuel Antunes), e, depois, na qualidade de professor, conhecemos colegas, tivemos amigos, etc., que eram militantes comprometidos em juventudes partidárias e filiados em partidos políticos. Mas talvez por nós próprios não termos tido qualquer iniciação propriamente dita à vida política desde a juventude, como Manuel Antunes defende que deve haver, sempre houve em nós certa reserva infundada em relação a tal forma de participação na vida pública (a par de um certo receio posterior de que o *compromisso na ação* implicasse alguma perda de *liberdade no pensamento e no juízo*). Seja como for, a urgência que, no final dos anos 70 e princípios dos anos 80, Manuel Antunes colocava na necessidade de *introdução e iniciação* dos jovens na vida política – no sentido nobre dos gregos, que ele tão bem conhecia e que Hannah Arendt tão fortemente atualizara –, e também partidária, não perdeu ensejo, bem pelo contrário. Naturalmente, as juventudes partidárias e os partidos políticos não podem ser considerados como ilhas. São espelhos de nós próprios e de outros grupos sociais, evidentemente, e, por conseguinte, refletem e transportam consigo as mesmas crises de valores estruturais e conjunturais das sociedades onde nascem, em que vivem e às quais é suposto servirem.

Os anos em que Manuel Antunes foi redigindo e publicando o conjunto de artigos e ensaios que, em 1979, serão reunidos pela primeira vez e republicados pela editora Multinova, em 102 páginas, sob o título *Repensar Portugal* foram

⁷ No mesmo ano da publicação de *Repensar Portugal*, um outro autor, Manuel Paulo, publica uma obra sobre os *Partidos Políticos e Bem Comum* (Paulo, 1979).

anos em que não apenas se renovava entre nós uma visão socializante e interventiva do Estado na economia e na sociedade, como, noutras latitudes, foram também anos de afirmação e de expansão internacional de uma doutrina económica alternativa e ultraliberal (movimentos que o omnívoro leitor de revistas estrangeiras, que através de permutas da Companhia de Jesus e não só chegavam à *Brotéria*, seguia com atenção), a da dita Escola Austríaca, na qual pontificavam Ludwig Von Mises (falecido em 1973) e os seus discípulos Friedrich Von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006), entre outros. Os avatares da Escola de Viena difundiram-se fortemente nos anos 70 (Friedman recebeu o Nobel em 1976) e, depois, nos começos dos anos 80, muito por via do acolhimento entusiasta que tal pensamento económico teve nas políticas públicas no Reino Unido, por mão de Margareth Thatcher (1979-1990), e nos EUA, por mão de Ronald Reagan (1981-1989). Quem compulsa hoje os muitos escritos do Padre Manuel Antunes recolhidos na sua *Obra Completa* compreende rapidamente que este jesuíta tinha perfeita consciência e conhecimento do que se passava à escala internacional, bem como receios de que, entre Scylla e Carybdis, tal confronto político e económico arrastasse o nosso país para soluções extremistas, quer num, quer noutro sentido. De facto, não era apenas apreensão diante dos «verões quentes» e do extremismo dos partidos marxistas, leninistas ou maoístas. Manuel Antunes denunciava igualmente o que então não era ainda nada óbvio entre nós: o avanço progressivo de um liberalismo individualista, atomizante – que ele apoda de «espontaneísta» –, igualmente pernicioso para a nossa vida em comum.

Embora Manuel Antunes, que faleceu a 19 de janeiro de 1985, já não tenha conseguido ver os resultados práticos do ultraliberalismo que entendia, temia e denunciava (evidentemente que zurzia do mesmo modo o coletivismo bolchevique que destruíra não só a livre iniciativa das pessoas, como aniquilara fisicamente milhões de pessoas no imenso *arquipélago do Gulag* e nas ditas *revoluções culturais*), sabemos como, na sequência da adesão de Portugal à CEE (aproximação político-económica que, aliás, defendeu), o modelo neoliberal se foi afirmando cada vez mais na Europa e no mundo, especialmente após 1989 e a queda do Muro de Berlim, e, entre nós, no tempo do cavaquismo, fragmentando e precarizando relações de trabalho e de comércio, relativizando ainda mais os átomos-indivíduos entregues à dita *mão invisível* das trocas, transformando tudo em «mercadorias» mais ou menos permutáveis, consumíveis e descartáveis (inclusive pessoas), reduzindo direitos públicos a serviços pagos (saúde, justiça, educação, segurança...), de acordo com o princípio utilizador-pagador vigente no «supermercado mundial»

que almejava uma cada vez maior desregulamentação dos mercados (especialmente dos financeiros, como então nos alertava Hernâni Lopes).

De algum modo, estes trinta anos que passaram desde a morte do Padre Manuel Antunes, em 1985, logo seguida da queda do Muro e do desmantelamento do bloco da URSS, derrocada que ele aliás previra, e muito em especial os últimos 15 anos, deram razão aos seus receios. Referimos isto especialmente em razão da fragilização da condição dos jovens, que, no meio da tempestade e do «salve-se quem puder», passaram a olhar para a atividade política sem muito idealismo, mas antes como *tábua de salvação* para uma entrada no mercado de trabalho, numa sociedade competitiva e cada vez mais individualista. É evidente, como bem analisa Marcel Gauchet, que este quadro da desarticulação da relação entre direitos e deveres é mais complexo, mas essa desconexão começou a minar por dentro a política e a destruir capacidades de ação coletiva.

Em 2011, a letra da canção do grupo musical português Deolinda é o diagnóstico paradoxal de uma geração de licenciados, mestres e doutores reduzida à precariedade de bolseiros *ad nauseam*, parasitados e atirados para um *estado de necessidade* incompatível com a liberdade (para a) política, no sentido mais nobre do termo («para ser escravo é preciso estudar»). Alguém dirá, com razão, que o problema dos jovens e da sua redução a uma situação quase-esclavagista já era notório nos anos 90, aquando da célebre expressão «geração rasca» de Vicente Jorge Silva, o qual não teria talvez compreendido o que estava a acontecer sob os seus olhos, a um nível mais profundo, tendo-se ficado por uma sintomatologia mais de superfície.

Não é óbvio que assim fosse. Não obstante, o império da necessidade (ter de trabalhar, de comer, de vestir, de ir médico, de habitar, de se deslocar, de viver, de sobreviver...) comprimiu até ao limite o universo gracioso do pensamento e da prática política e levou muitos jovens a procurar, e a encontrar, nas jotas partidárias, mais do que uma *iniciação à vida política*, no sentido do cuidado e do serviço pelo bem comum e pela causa pública, um porto-de-abrigo e um ensejo para se *encaixarem* profissionalmente em cargos de nomeação política, na administração pública ou em empresas públicas e do sector estatal. Não moralizamos nem julgamos do alto de qualquer torre de marfim: procuramos apenas constatar e descrever. Mas já era então uma evidência que o facto de a militância partidária funcionar como agência de emprego público (o célebre «no more jobs for the boys» de Guterres, em 2001, fazendo *mea culpa* do que supostamente fora o primeiro mandato), aproveitando atavismos de muitos e a rejeição dos

melhores, tinha vindo a empobrecer a qualidade dos quadros e da vida interna dos partidos, bem assim de toda a nossa vida política e cívica (cruzando-se com a baixa de natalidade, a depressão demográfica e o despovoamento progressivo de certas zonas do território, a par do incremento da emigração).

Recorramos por momentos a *monsieur* de La Palisse: os partidos são essenciais à democracia; sem eles ela não pode simplesmente funcionar.⁸ Mas não são essenciais apenas ao seu funcionamento *ad extra*, como se fossem meros instrumentos inanimados para alcançar o poder. Tal visão instrumental é não só errada, como muito pobre e perigosa. Os partidos são agentes e pedagogos da democracia *ad intra*, no sentido de deverem ensinar aos seus militantes, na teoria e na prática, muito especialmente aos jovens aderentes, o cultivo daquelas atitudes que criam e se enraízam nas mentalidades como uma *segunda natureza* (*i.e.*, uma cultura política) que atalhe os egoísmos oportunistas, os tropismos individualistas, os tiques atávicos da tribo ou do rebanho, que se fecha sobre si mesmo quando vem a trovoadas... Com efeito, «a democracia que só existe nos textos é como a fé sem obras, isto é, coisa morta» (Antunes, 2011: 85; Antunes, 2008: 65). Importa sobretudo praticá-la.

Acontece, assim, que ninguém nasce democrata; tal não é um dom da natureza. É preciso aprender a democracia e interiorizar os seus ritmos e valores, mediante a exercitação quotidiana. Ela é uma atitude e um estado de espírito quanto à recusa da violência como forma de resolução dos conflitos (Cruz, 1986) e quanto à importância dos outros na construção de nós próprios e da sociedade onde vivemos; é uma convicção de que os outros não são dispensáveis, muito menos inimigos. A democracia parte, assim, de crenças e de convicções básicas, mas, tal como as virtudes, cuja disposição para o bem fenece sem exercício, a crença democrática carece de ser praticada até se arrearigar como *habitus, secunda natura*, como mentalidade e carácter (ou seja, uma disposição permanente do espírito). Evidentemente, não são os partidos os únicos responsáveis por criar tal estado de consciência democrática; também as outras instituições sociais (inclusive as ditas pré-políticas: a família...), como a escola, as associações culturais, os clubes desportivos, etc., devem procurar funcionar envolvendo corresponsavelmente os seus membros, a fim de a democracia se ir arrearigando e enraizando nas mentalidades e ser apreciada finalmente como um bem comum.

⁸ Para um conspecto geral, embora situado, cf. Sousa & Salema, 1980; Valente, 1981; Alves, 1989.

Com efeito, sublinha Manuel Antunes,

[...] a mentalidade [é o] elemento fundamental e fundamentante em todos os grupos humanos, designadamente naqueles que se reclamam da democracia. Porque não se é, *naturalmente*, democrata. Porque é pela mentalidade que um projeto político se converte em instituição e, mais ainda, em estilo de vida. Porque quem diz democracia diz, nestas paragens ocidentais, reinado da opinião e das ideias mais fortes, das iniciativas mais eficazes e das responsabilidades mais conscientemente assumidas, dos conflitos mais abertos e da sua solução arbitral pela Lei soberana, emanação, por sua vez, da vontade ainda mais soberana do Povo. Porque quem se reclama da democracia pode reclamar-se da analogia e mesmo da equivocidade do ser, da diferença e não da rigorosa identidade do real, da autonomia e não da literal heteronomia do Direito. (Antunes, 2011: 80; Antunes, 2008: 61)

Esta última afirmação sobre a ontologia *analógica* (e mesmo *equivoca*, de modo a dar lugar ao engano (involuntário-voluntário), ao *ludus*, ao subentendido, à ambiguidade...) subjacente à democracia, contra o princípio da *identidade monolítica* (*i.e.*, do pensamento único), cortando cerce toda a veicidade maniqueizante, vale por si só inúmeros tratados de ciência política e deve continuar a merecer-nos séria atenção.

Com efeito, e imediatamente a seguir à Revolução de abril, o Padre Manuel Antunes, que fora e continuava a ser um fino observador da realidade nacional e internacional contemporânea,⁹ alertava publicamente:

É fácil pôr no papel dezenas e dezenas de partidos políticos. É fácil fazer proclamações ideológicas como se elas contivessem a última e definitiva verdade. É fácil apontar programas, inumeráveis e ideais, mas que não mordem no real, como se fosse possível colocar entre parêntesis alguns dos nossos problemas mais graves. (Antunes, 2011: 38; Antunes, 2008: 28)

⁹ Para tal, basta passar os olhos pelos dois volumes do tomo III da sua *Obra Completa*, sobre «Política e Relações Internacionais». São impressionantes quer a largueza de perspectivas, quer as referências concretas à realidade política (inclusive partidária), científica, cultural, social de outros países, *v.g.*, dos EUA à URSS, passando pela China, mas também da Europa, África, etc., a necessidade de uma reforma das Nações Unidas, e assim por diante. Como já se disse, a redação da *Brotéria* era, então, em Portugal talvez um dos melhores *observatórios do mundo*.

Mas tal observação quanto à proliferação indiscriminada de inúmeros partidos no pós-25 de Abril não significava nenhuma reserva quanto ao sistema multipartidário, muito pelo contrário. Significava apenas que o país era e tinha de ser a causa final da existência dos partidos, e não o contrário. É que um excessivo fracionamento do espectro partidário, como o que se verificava, corria o risco de artificialismo e de falta de correspondência com projetos ideológicos credíveis. Este é um asserto muito importante. Já antes da Revolução, em 1973, quando ainda era perigoso fazê-lo, deixara claro, embora *in obliquo*¹⁰ (Manuel Antunes usou muitos pseudónimos, por várias ordens de razão, mas neste caso é ortónimo), que era contra o monopartidarismo, *i.e.*, o sistema de «um partido único», afirmando pois:

De todo um povo. Que não apenas de uma classe, de um partido, de uma região, de um grupo. Importa que as alegrias e as tristezas, os encargos e as esperanças, os sofrimentos e exultações que, por princípio, são comuns, afetem real, efetivamente e equitativamente a todos. Sem párias e sem parasitas; sem privilegiados e sem proscritos; sem humilhados e sem disfarçados. (Antunes, 2011: 65; Antunes, 2008: 49)

Apesar do eco notório da *Lumen Gentium*, Manuel Antunes não rejeita a conflitualidade própria da pluralidade em relação, que visa fins comuns ou diversos por caminhos também diferentes. A diversidade de proposta é boa e importa aproveitá-la, o que requer libertar a voz e a palavra para a franca discussão: «E, de repente, o País pôs-se a falar. Nestes últimos quinze dias, Portugal tem sido um país que discute, um país que reivindica» (Antunes, 2011: 35; Antunes, 2008: 26). Claro que Manuel Antunes já antes intervinha e usava da palavra oral e escrita. E que os censores da *Brotéria* não reparassem que, ao criticar o totalitarismo russo ou o funcionamento do Partido Comunista Chinês, ao exaltar as virtudes da liberdade e da pluralidade, etc., estava também a criticar *in obliquo* o modo de funcionamento da ditadura salazarista e do Estado Novo é um pouco surpreendente.

¹⁰ Como nota Guilherme de Oliveira Martins, a propósito de Manuel Antunes, «Se se notam as cautelas próprias de um tempo vigiado na política nacional, reportando-nos ao período anterior a 1974, também é verdade que nas análises de política internacional podemos encontrar linhas e entrelinhas que pressupõem a defesa e a necessidade de um regime pluralista de liberdades e de democracia, num sentido cosmopolita, europeísta e sobretudo humanista e universalista» (Martins, 2008b: 9).

Sempre em sintonia com tal espírito, Manuel Antunes elencará noutros textos posteriores algumas condições prévias que, em seu entender, devem presidir à criação de partidos políticos. Antes de mais, o óbvio: requer-se dos fundadores um real conhecimento da vida política concreta, sem os aventureirismos que pareciam então tentar alguns. Um partido não é uma facção nem deve sacrificar ao «espírito de partido»,¹¹ por paradoxal que isto soe. Tem de ter no seu horizonte ideológico o bem comum de todos e depois, em concreto, colocar-se ao serviço da resolução dos problemas reais de todos. A começar pelas coisas básicas: paz, habitação, emprego, saúde, educação, transportes, lazer... (Antunes, 2011: 26, 54, 75; Antunes, 2008: 20, 41, 57). Os partidos têm de ser instituições livres e respeitadoras das diferenças, a começar por si mesmos, no seu funcionamento interno (não esqueçamos purgas então em curso...). E evidentemente têm de apresentar convicções, fortes, naturalmente, mas sobretudo boas convicções. Se nos textos de Manuel Antunes notamos um certo esforço por «desideologizar» o debate público, muito compreensível no contexto extremado entre esquerdas e direitas em Portugal, ele está muito longe da chamada «desideologização» política de final dos anos 50, que conhecia.¹² Ao contrário, insiste bastante na importância de haver convicções sólidas merecedoras de confiança por parte dos concidadãos. Com efeito, contra as tentações pragmatistas nem tudo se equivale nem vai dar no mesmo, como certo ceticismo descrente ou cinismo demissionista já então propalava.

Outrossim, as convicções não podem estar eticamente desvinculadas. Queremos «uma sociedade em que a política não se encontre desvinculada da ética nem a ética se encontre desvinculada da política» (Antunes, 2011: 32; Antunes, 2008: 25). O que, em seu entender, se liga à condição prévia, mas decisiva, que possibilita haver sadio ambiente democrático dentro dos partidos políticos: o carácter das próprias pessoas. Sabemos que o carácter é das dimensões mais complexas da ética. Se ele exprime uma disposição que parece ser natural e inata no ser humano, a verdade é que o carácter tem de ser moldado e cultivado. Não é um destino congénito nem algo que nos acontece por acaso. Também se

¹¹ Cf. «Do espírito de partido» (Antunes, 2008: 93), publicado a 10 de dezembro de 1970.

¹² Cf. Bell (1959), ideologia fortemente ligada ao imenso sucesso do capitalismo liberal dos anos 50. A dita *segunda vaga* do pretense «fim das ideologias» dar-se-á pouco depois da morte do Padre Manuel Antunes, com a publicação de Francis Fukuyama, em 1989, de um artigo intitulado «The end of History?», texto que deu depois lugar à obra *The End of History and the Last Man* (Fukuyama, 1992).

aprende a agir bem e a querer ser melhor. E se Manuel Antunes pode estar a pensar muito em especial na integridade ética e moral dos fundadores e dos líderes de partidos políticos, a verdade é que a reivindicação se alarga de imediato a todos os militantes, bem como a todos os cidadãos. Assim, cumpre aos partidos serem «escolas de carácter e de liberdade» onde – contra a inveja, o ressentimento, o queixume, a maledicência, o carreirismo – se ensinem e pratiquem os valores e as virtudes da verdade, da lealdade, da magnanimidade, da honestidade, da justiça, da paz, do bem comum, mas também a coragem nas decisões e no agir político. Manuel Antunes parece que diz o óbvio, mas não era isso que ele via:

Preenchem os partidos portugueses atuais essas condições? Seria ingenuidade ou excessiva generosidade responder pela afirmativa. Quase todos eles de formação recente; todos eles, em grau maior ou menor, importadores de ideologias alógenas a que a sensibilidade nacional nem sempre adere profundamente; muitos deles deslocados no lugar espectral onde dizem situar-se; todos eles mostrando, não raro, defasamentos clamorosos entre a teoria e a prática; todos eles, de forma clara ou encapotada, deixando ver de fora sérias divisões internas, quanto a tática, estratégia e personalidades dirigentes ou influentes; todos eles mais ou menos oligárquicos – Robert Michels tinha razão ao colocar a oligarquia como uma das notas dominante dos modernos partidos políticos –; todos eles relativamente pouco convincentes em relação ao pessoal que cada um dispõe para gerir politicamente o País no estado em que o País se encontra. (Antunes, 2011: 90; Antunes, 2008: 69)

O que se tem visto é que os partidos têm sido passadeiras vermelhas para mediocridade premiada, estruturas de ascensão de oportunistas, especialmente vitoriosos os mais traquejados na retórica causídica. Muitos já começam a descrer deles. «Daí a pensar que a sua existência é, não só inútil, mas prejudicial, a distância não é grande» (Antunes, 2011: 90; Antunes, 2008: 69). Para uns,

[...] a liberdade é apenas o espaço para o próprio grupo, partido ou clã se afirmar sobre todos os outros grupos, partidos ou clãs, pela asfixia, pela infiltração, pela domesticação, pelo domínio. Para outros, liberdade é apenas a autorização, sob capa do mero ritual democrático ou da simples invocação democrática, de manipular reuniões e plenários, de impor consignas próprias, de fazer vingar interesses próprios – por vezes bem mesquinhos – de indivíduos ou de grupos. (Antunes, 2011: 68; Antunes, 2008: 52)

Ora, em qualquer sociedade é muito importante que haja corpos intermédios estáveis, bem organizados, que funcionem com verdadeira liberdade responsável, mediante uma educação política para a autonomia e a subsidiariedade, sem precisarem de estar a pedir a intervenção do superior hierárquico, a modos de paternalismo internalizado que fora inculcado no povo durante o beija-mão salazarista. A liberdade não é anarquia, não é permissividade. Mas muito menos é um simples ritual. Tal «liberdade humanizadora, [porém], é um caminho difícil» (Antunes, 2011: 70; Antunes, 2008: 53). Com efeito, não basta querer a liberdade e a democracia:

A democracia é preciso merecê-la. Não pode constituir dádiva generosa de um dia trazida nas espingardas não disparadas e nos cravos não manchados de sangue [...]. A democracia é necessário traduzi-la, pelo esforço de todos – mas sobretudo daqueles a quem assiste maior responsabilidade política, social, económica e cultural – a democracia é necessário traduzi-la nos factos e nas instituições que objetivem e encarnem a verdade, a justiça, a fraternidade e a liberdade de uma comunidade verdadeiramente humana. (Antunes, 2011: 46; Antunes, 2008: 35)

Para tal, há uma tarefa que Manuel Antunes já então identificava como urgente: era preciso *desclientelizar* os partidos. Ele, que era um especialista em cultura clássica greco-latina, sabia exatamente o que significava um «cliente» na antiga Roma (*cliēns, clientis*) e as teias de interesses que tal relação gerava. Alguns, refere ele, querem ir mais longe e falam inclusive em «despartidarizar». Manuel Antunes não pode concordar com isso:

Em democracia, os partidos são necessários porque exercem múltiplas funções, de outro modo dificilmente substituíveis. Porque são grupos, como diz a Constituição da República Federal Alemã, «que concorrem para a formação da vontade política do Povo». Porque realizam uma real função de mediação entre o exercício do poder e aquele em cujo benefício esse poder existe, que é o conjunto da Nação. Porque, exercendo embora ou podendo representar papéis diversos e mesmo opostos na sociedade global – diversificar, clarificar, modernizar, polarizar, levar à participação nas tarefas comuns, exemplarizar no positivo e no negativo, educar e deseducar, alienar e conscientizar, mobilizar e desmobilizar –, o resultado final desse exercício, numa sociedade moderna, pluralista e

crítica, pode muito bem, feitas as contas dos prós e dos contras, revelar-se mais positivo do que negativo. (Antunes, 2011: 89; Antunes, 2008: 68)

«Desclientelizar» quer dizer, então, evitar que os partidos, no afã da legítima luta pelo poder, se apropriem da *coisa pública*, da administração e do bem comum dos portugueses, confundindo a vida política partidária com o próprio Estado. Importa que este não fique capturado pelas lógicas privadas e particulares de um partido ou de um grupo, por exemplo, criando postos públicos de trabalho que são desnecessários para assim servir clientelas incompetentes. E arremata Manuel Antunes com séria ironia: tragicamente, os «politicamente competentes» acabam por ser os «coveiros da revolução» (Antunes, 2011: 92; Antunes, 2008: 70).

Desclientelizar significa, assim, criar oportunidades para todos, e não obrigar ninguém, muito menos os jovens, a este despudor de terem de «comprar» um cartão partidário para poderem singrar na vida. Desclientelizar implica que os partidos traduzam realmente amplos grupos sociais que neles se reveem, mas que querem assumir o poder para o bem comum de todos. E desclientelizar é também assumir uma organização interna que torne os partidos políticos sindicáveis, credíveis e capazes de estar ao serviço do país como tal. Manuel Antunes tem um estilo de escrita muito peculiar, alargado, compreensivo, hermenêutico. Não resvala de modo nenhum para um moralismo de púlpito, como podia acontecer a um eclesiástico. Mas ao descrever facilmente se compreende o que está a prescrever. E quando critica em termos tão duros a «logorreia dos ineptos» que invadira o espaço político e os partidos (Antunes, 2011: 76; Antunes, 2008: 58) – ele, um dos melhores cultores das *belles lettres* entre nós –, vemos que o que está a defender é a relação linear, direta, reta que deve existir entre as convicções e as ações, entre o que se é, o que se pensa, o que se diz e o que se faz.

No lado complementar da descrição e do diagnóstico, como seria de esperar, encontramos um homem de fé e de esperança, incorporando mesmo esta um sadio elemento de utopia. Há esperança para Portugal! O homem não é necessariamente o *lobo do homem*, como pretendia Thomas Hobbes. Nos homens há genuínas aspirações ao bem. Só estão à espera de apoio, de iniciação e de ambientes propícios para desabrocharem. É esse ambiente que ele espera que os partidos políticos fomentem quer dentro quer fora, na sua esfera de influência na sociedade. Eles existem para alcançarem o poder, é certo. Mas há alguns que, notoriamente, apenas

querem o poder pelo poder: são «máquinas de poder».¹³ Mas a nota de esperança sobrepuja o desencanto. Há também os sádios, os que compreendem a essencial e indeclinável função de serviço que os partidos cumprem:

De facto, se há doentes do poder, muito mais perigosos que os doentes do futebol ou da droga, há também os sãos do poder, aqueles que, conhecendo-se na estreiteza dos próprios limites, e porventura em certa impureza das próprias motivações, assumem o poder como função social de serviço à comunidade, como dever, nem sempre grato, a cumprir, como tarefa necessária que alguém terá de exercer. (Antunes, 2011: 112; Antunes, 2008: 86)

Estas variadas citações sem dúvida que nos devem merecer meditação atualizante, um recolhimento reflexivo que faça o respetivo transporte do contexto histórico-político do pós-25 de Abril para o plano de uma desejável universalização, como é esta acerca da dimensão sadia que constitui o poder, afirmação de que tanto precisamos. Manuel Antunes sabe revolver a terra para encontrar o bom ouro, mesmo que seja pouco. De facto, contra um certo pessimismo antropológico, sob a alegação do pecado original e da inexorável tutoria e menorização dos homens, porque *incapazes de se servirem do seu próprio entendimento*, o jesuíta Manuel Antunes ousa falar da nobreza, da autonomia e da bondade do poder e da política, longe das tutelas eclesíásticas de outrora.

Continuamos a precisar de ouvir hoje esta palavra, num quadro onde as sujeições deixaram de ser teológicas e passaram a ser económicas. Assim como precisamos deste extraordinário *elogio da crítica*, com que queremos terminar:

Sem crítica é inconcebível a democracia. Sem crítica, é inconcebível a criação do novo, a proposição do diverso, a coesão consciente que queira evitar a simples homogeneização mecânica ou mesmo orgânica. Sem crítica, o arbitrário, a irresponsabilidade, o descaso e o descaro podem instalar-se com extrema facilidade na acrópole da Cidade de onde depois será muito árduo desalojá-los. A não ser justamente pela «crítica das armas». Sem crítica, a própria sociedade civil – ou os restos que dela subsistam – corrompe-se, avilta-se. Ou, acaso, morre. Sem crítica, a cultura instala-se no uniforme sem inspiração, no escolasticismo sem vontade de essencial,

¹³ Cf. Pinheiro & Pinheiro, 2014 e Coelho, 2014.

no dogmatismo sem nervo de verdade e, por isso mesmo, em constante apelo à força do «braço secular». Sem crítica, a querela instala-se por toda a parte: na rua e no palácio, na academia e na caserna, na cidade e no campo, durante a vida e *post mortem*. Sem crítica, a mediocridade e a vilania crescem e florescem, tentaculares e florestais, por onde podem e querem. Sem crítica, o pântano apodrece cada vez mais até ao nauseabundo insuportável. (Antunes, 2011: 51; Antunes, 2008: 39)

Que texto notável!

Ainda recentemente ouvíamos entre nós a crítica do pântano. Num momento particularmente difícil e desafiador para as democracias de todo o mundo, a frescura das palavras de Manuel Antunes não deixa de nos recordar a grandeza do manifesto kantiano, de 1784, em favor da liberdade, e, apesar de tudo,¹⁴ é para nós um motivo de grande esperança no futuro da democracia.

Bibliografia

- Alves, A. (1989). *Partidos Políticos e Crise de Democracia*. Lisboa: Margem.
- Antunes, M. (2008). *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, SJ* (Coord. geral J. E. Franco) (t. III, vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Antunes, M. (2011). *Repensar Portugal*. Covilhã: LusoSofia: Press/Universidade da Beira Interior (reed. *online* da ed. da Multinova, 2005). Acedido a 4 de março de 2021, em: http://www.lusosofia.net/textos/antunes_pe_manuel_repensar_portugal.pdf.
- Baptista, M. (1975). *Repensar Portugal*. Lisboa: Arcádia.
- Bell, D. (1959). *The End of Ideology. On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. Glencoe: The Free Press.
- Coelho, M. (2014). *Os Partidos Políticos e o Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal. O Caso do PS e do PPD/PSD*. Lisboa: Europress.
- Correia, S. (2016). *Dissensão, Ruptura e Divórcio. O Abandono da Militância Partidária como Sinal Deslegitimador dos Partidos Políticos e da Democracia*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Cruz, M. B. da (1986). *A Evolução das Instituições Políticas: Partidos Políticos e Forças Armadas na Transição Democrática Portuguesa (1974-1986)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Macmillan – The Free Press.

¹⁴ Cf. Correia, 2016.

- Gil, J. (2004). *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Martins, G. d'O. (2008a). Introdução. In *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* (Coord. geral J. E. Franco) (t. III, vol. I) (1-9). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, G. d'O. (2008b). Introdução. In *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* (Coord. geral J. E. Franco) (t. III, vol. II) (1-9). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Paulo, M. (1979). *Partidos Políticos e Bem Comum*. Lisboa: Critério.
- Pinheiro, G. B. & Pinheiro, M. (2014). *A Máquina do Poder: Os Bastidores dos Três Maiores Partidos Políticos em Campanha: PS, PSD, CDS*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Platão (1993). *Êntifron, Apologia de Sócrates, Criton*. Trad., introd. e notas de J. T. Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sousa, M. R. de & Salema, M. (1980). *A Revisão Constitucional e os Partidos Políticos*. Lisboa: Instituto de Democracia e Liberdade.
- Tavares, S. (1985). Homenagem ao Padre Manuel Antunes. *Reflexão Cristã*, 45.
- Valente, D. A. (1981). *Introdução ao Estudo dos Partidos Políticos*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade.
- Zagrebelky, G. (2004). *A Crucificação e a Democracia*. Trad. J. P. C. da Costa. Coimbra: Tenacitas.